



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.1

JURÍDICO

DECRETO Nº 1597, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Institui Regimento Interno do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa do Município de Igaratinga – MG e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Igaratinga, no exercício e uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 100, I, c, da Lei Orgânica do Município de Igaratinga;

Considerando que o Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa do Município de Igaratinga aprovou o Regimento Interno através da Resolução 03, de 02/06/2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município Edição nº 291 de 02/06/2016;

Considerando a necessidade de sua instituição oficial para alcançar a plena vigência,

DECRETA:

Art. 1º- Fica instituído o Regimento do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa do Município de Igaratinga, devidamente aprovado pelo referido Conselho, passando a vigorar, conforme o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º- Revogando-se as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021.

Fábio Alves Costa Fonseca

Prefeito Municipal

Anexo Único do Decreto nº 1597, de 12 de fevereiro de 2021.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Município de Igaratinga/MG

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADES

Art.1º- O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Igaratinga, com sede e foro na Rua Primeiro de Março, 327, Centro, Igaratinga - MG, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa idosa no âmbito do Município, integrante da estrutura básica, criado pela Lei 1073, de 22/06/2009, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para a formulação das políticas municipais de direitos da pessoa idosa:

I – Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.2

idosa;

II – Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;

III – Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas à pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV – Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 04/01/1994, a Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V – Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI – Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes as medidas efetivas de proteção e reparação;

VII – Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa;

VIII – Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta Lei;

IX – Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados; Cartilha CNDI.indd 46 05/12/2013 12:15:02 |47| Guia prático para a criação de conselhos e fundos municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa;

X – Elaborar seu regimento interno;

XI – Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias estaduais/municipais, Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão da dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII – Divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII – Convocar e promover as conferências de direitos da pessoa idosa em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV – Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

SEÇÃO I – DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º- O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será composto por 10 membros e respectivos suplentes, sendo 05 representantes governamentais e 05 representantes não governamentais, assim definidos:

I – Um representante de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.3

- d) Representante da Assessoria Jurídica;
- e) Representante Vigilância Sanitária;

II – Representantes de entidades não governamentais atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou de atendimento à pessoa idosa, nas seguintes categorias:

- a) Representante da SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo;
- b) Conselho de Limas;
- c) Representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção dos direitos da pessoa idosa.

1°. Os representantes governamentais e seus respectivos suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, trinta dias antes do término dos mandatos.

2°. Para fins de indicação para composição do Conselho, são consideradas entidades não-governamentais:

I – Órgãos de classe e sindicatos de profissionais com políticas e ações explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos da pessoa idosa;

II – As Associações de aposentados;

III – As organizações de grupo ou movimento de pessoas idosas, devidamente legalizadas e em atividade a mais de 01(um) ano;

IV- Entidades de credo religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos da pessoa idosa;

V – Instituições de Longa Permanência para Idosos (LPIs) em funcionamento há mais de 01 (um) ano;

VI – Instituições de Ensino Superior;

VII – Outras entidades legalmente constituídas, com funcionamento regular por tempo não inferior a 01 (um) ano, desde que atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

Art.3°- Os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei 1073/2009.



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.4

1º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

2º Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

Art. 4º- Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicarão seus representantes.

Art.5º- Os representantes das organizações da sociedade civil serão indicados pelas entidades representados e informados mediante ofício à Secretária de Assistência Social.

1º As entidades não governamentais indicarão os membros titulares e suplentes para comporem o Conselho.

2º A indicação dos representantes da sociedade civil será realizada pelo menos 30 dias antes do mandato.

Art.6º- A função do membro do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art.7º- As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – Extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatíveis a sua representação no Conselho;

III –Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º- Perderá o mandato o conselheiro que:

I – Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II – Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.5

III – Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – For condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

1º O Conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, após a apreciação pelo Plenário.

2º O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não-governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, que deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trintas) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação do Prefeito Municipal.

3º Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art.9º- Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

SEÇÃO II – DOS CONSELHEIROS

Art.10- Aos membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa idosa cabe:

I – Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;

II – Justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião seguinte;

III – Assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

IV – Solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V – Debater e votar a matéria em discussão;

VI –Requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.6

- VII – Pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento de votação;
- VIII – Apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;
- IX – Proferir declarações de voto, quando o desejar;
- X – Propor temas e assuntos à deliberação Plenária;
- XI – Propor à Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;
- XII – Apresentar questões de ordem na reunião;
- XIII – Acompanhar as atividades da Secretaria;
- XIV – Apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;
- XV – Propor alterações no Regimento Interno do Conselho;
- XVI – Votar e ser votado para cargos do Conselho;
- XVII – Requisitar à Secretaria e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;
- XVIII – Fornecer à Secretaria todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
- XIX – Requerer votação de matéria em regime de urgência;
- XX – Apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados à pessoa idosa;
- XXI – Deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelos Grupos temáticos;
- XXII – Participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento.

Art.11- A substituição de conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.7

- I – Em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;
- II – No caso de falta do conselheiro titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico.
- III – Quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não-governamentais.
- IV – Quando o conselheiro perder o seu mandato por faltas ou outro motivo previsto neste Regimento interno.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I – DA ESTRUTURA

Art. 12- O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa estruturar-se-á em:

- I – Plenário;
- II – Secretaria;
- III – Comissões permanentes;
- IV – Grupos temáticos.

Parágrafo Único - O Plenário é composto pelos conselheiros e pela Diretoria, formada pelo Presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO II – DA DIRETORIA

Art. 13- O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa terá uma Diretoria, constituída por um Presidente e um Vice-Presidente.

Art. 14- O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais, conforme o disposto na Lei nº 1073/2009.

Art. 15- Compete ao Presidente:

- I – Cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;
- II – Representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.8

- III – Convocar e presidir as seções da Plenária;
- IV – Submeter a pauta à aprovação da Plenária;
- V – Submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
- VI – Participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;
- VII – Praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
- VIII – Assinar resoluções, portaria e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro Conselheiro;
- IX – Delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- X – Submeter à apreciação da Assembleia Geral a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;
- XI – Submeter à plenária o relatório anual do Conselho;
- XII – Propor a criação e dissolução de Grupos Temáticos, conforme a necessidade;
- XIII – Nomear Conselheiros para participar dos Grupos Temáticos, bem como seus respectivos integrantes;
- XIV – Dar publicidade às decisões do Conselho;
- XV – Consultar a assembleia geral quando solicitar a órgão públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XVI – Convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da plenária;
- XVII – Decidir sobre questões de ordem;
- XVIII – Desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;
- XIX – Exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;
- XX – Aprovar e encaminhar, “ad referendum”, assuntos de caráter administrativo, quando não for possível reunir a Plenária para sua deliberação;
- XXI – Solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho;

Parágrafo Único: O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso simultâneo em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

Art. 16- São atribuições do Vice-Presidente:



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.9

- I – Substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, complementando do mandato neste último caso;
- II – Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III – Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

SEÇÃO III – DO PLENÁRIO

Art. 17- Cabe ao Plenário do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa:

I – Deliberar, por maioria absoluta:

- a) Nos casos de alteração do Regimento Interno;
- b) Na eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente;
- c) Quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

II – Deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação.

III – Baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

IV – Aprovar a criação e dissolução dos Grupos temáticos, suas respectivas competências, sua composição e prazo de duração;

V – Requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;

VI – Propor a convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa que se reunirá a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;

VII – Deliberar a destituição de Conselheiros;

VIII – Convocar o fórum para eleição dos representantes das entidades não governamentais;

IX – Elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do fundo municipal da pessoa idosa;

X – Analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

Art.18- Todas as sessões do Conselho serão publicadas, precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas à Secretaria para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para ser amplamente divulgada como de costume.

Art.19- O Conselho reunir-se-á trimestralmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada por escrito pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 05(cinco) dias.

1º Na convocação deverá constar a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art. 20- As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

I – Abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.10

II – Avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;

III – Outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho;

Parágrafo Único – A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art. 21- Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

I – Verificação do quórum necessário para a instalação dos trabalhos;

II – Apresentação das justificativas de ausências;

III – Abertura da sessão pelo Presidente;

IV – Leitura da ata anterior, discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;

V – Comunicações do Presidente;

VI – Comunicações dos demais membros do Conselho;

VII – Leitura do expediente;

VIII – Leitura da pauta do dia;

IX – Pedido de inclusão de matéria nova na “ordem do dia”;

X – Discussão e votação da “ordem do dia”;

XI – Apresentação dos relatórios das Comissões Permanentes e grupos temáticos;

XII – Deliberações e encaminhamentos;

XIII – Encerramento da sessão;

1º Havendo número legal será iniciada a sessão;

2º Não havendo quórum, aguardar-se-á durante 30 (trinta) minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quórum, ficará adiada a sessão para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

3º Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um ad hoc.

4º Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art.22- As atas das sessões serão lavradas pelo Secretário-Executivo, onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

1º Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

2º Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da sessão, e nesta serão consignados em ata.

Art.23- As sessões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as sessões ordinárias.

Parágrafo Único - Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as sessões ordinárias.

SEÇÃO IV – DAS COMISSÕES E GRUPOS TEMÁTICOS

Art.24- As Comissões Permanentes de Natureza técnica será constituídas com caráter permanente e os Grupos Temáticos terão caráter transitório, com tarefas e prazos determinados.



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.11

Serão constituídas por representantes governamentais e não governamentais e compostas de, no mínimo, 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus coordenadores.

Parágrafo 1º - Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Comissão de Políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo Conselho;
- b) Comissão de Normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;
- c) Comissão de Comunicação Social;
- d) Comissão de Orçamento e Finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento da pessoa idosa elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do fundo especial- Municipal e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados;
- e) Comissão de Articulação de Conselhos.

Parágrafo 2º - As Comissões Permanentes deverão apresentar à Assembleia seu plano de ação anual, bem como o relatório de suas atividades.

SEÇÃO V – DA SECRETARIA

Art. 25- São atribuições do Secretário-Executivo:

- I – Secretariar as reuniões e sessões do Conselho;
- II – Tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;
- III – Encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- IV – Prestar, no Plenário, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;
- V – Redigir as atas das sessões do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, bem como colher as assinaturas dos presentes;
- VI – Controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.
- VII – Proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho;
- VIII – Providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, afixando-a em lugar de costume ou providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;
- IX – Receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente, afixando a pauta no lugar de costume;
- X – Informar aos Conselheiros o calendário das sessões e das respectivas pautas;
- XI – Receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.12

XII – Proceder à leitura da pauta das sessões;

XIII–Desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 26- A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A Secretaria ficará sob a supervisão direta da Diretoria do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27- Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art. 28- O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros, no mínimo.

Art. 29- Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021.

Fábio Alves Costa Fonseca
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 721, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia Membros do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Igaratinga.

O Prefeito Municipal de Igaratinga, Estado de Minas Gerais, no uso da Competência que lhe confere o art. 72, VI e 100, II “a”, ambos da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 863/2002, bem como o Decreto nº 650/2010, em pleno exercício das funções de seu cargo, e

Considerando o término do mandato do Conselho anterior, nomeado pela portaria 572, de 15 de maio de 2019.

Resolve:

Art. 1º. – Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE-, do Município de Igaratinga, os seguintes:

- I- Representantes do Poder Executivo Municipal:
 - a) Delma Henriques Moreira de Almeida- Titular
 - b) Maria Elaine Costa Faria – Suplente
- II- Representantes dos Profissionais da Educação e Discentes:
 - a) Jossane Fernandes de Oliveira Pereira – Titular
Valéria Aparecida da Silva Moreira – Suplente
 - b) Jossaine Aparecida dos Santos Rodrigues- Titular
Claudiane Ferreira de Sousa - Suplente



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.13

- III- Representantes dos Pais e Alunos:
- Lúcia dos Santos Teixeira Almeida- Titular
Cintia Cristina Ribeiro Machado – Suplente
 - Daniela Alves de Almeida Silva – Titular
Angeliane Aparecida dos Santos Faria – Suplente
- IV- Representante da Sociedade Civil:
- Edith Fátima de Oliveira- Titular
José Henriques de Faria- Suplente
 - Geraldo Evangelista da Silva- Titular
Lourdes Aparecida da Silva Costa- Suplente

Art.2º- Os membros do CAE, ora nomeados, terão o mandato de 4 (quatro) anos, contados da data de publicação desta portaria.

Art. 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Prefeitura Municipal de Igaratinga, Minas Gerais, 12 de fevereiro de 2021.

Fábio Alves Costa Fonseca

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO

O Município de Igaratinga, torna público o resultado do PL nº 16/2021, na modalidade de Pregão Presencial nº 06/2021 e Registro de Preço nº 04/2021. Objeto: Aquisição de material de consumo para tratamento do serviço de abastecimento de água do Distrito de Antunes no Município de Igaratinga/MG - Serviços de Saneamento. GANHADOR: **CALDAS PRODUTOS QUÍMICOS EIRELI.,** com os itens: 01 e 02 no valor total estimado de R\$48.970,00. Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021. Letícia Gomes Lara – Pregoeira.

O Município de Igaratinga, torna público a Ata de registro de Preço nº 03/2021 do PL nº 08/2021 e Pregão Presencial nº 04/2021. Objeto: Aquisição de peças para manutenção das máquinas pesadas, pertencentes a frota municipal de maquinários da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviços Urbanos do Município de Igaratinga/MG. **A ata de Registro de Preço encontra-se no site:** www.igaratinga.mg.gov.br. Igaratinga, 12/02/2021. Fábio Alves Costa Fonseca – Prefeito Municipal.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 08/2021

PREGAO PRESENCIAL Nº 04/2021 RP 03/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS PESADAS, PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IGARATINGA/MG.

Face ao constante nos Autos do Processo Licitatório nº 08/2021, Pregão Presencial nº 04/2021, do tipo menor preço por lote, **RATIFICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório, de acordo com as Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, considerando que todas as exigências legais foram cumpridas e



Instituído pela Lei nº 1316 / 2015 - Edição nº 1.444 – Ano VII– 12/02/2021 – Pág.14

obtidas as melhores propostas, sendo vencedoras neste certame as empresas: **ALINE GABRIELE DA SILVA SERAFIM 09484913610-ME, CNPJ Nº - 23.426.176/0001-05** venceu os lotes: I e III no valor estimado total de R\$57.872,40 (cinquenta e sete mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos) e **EDUARDO HENRIQUE MARTINS** venceu os lotes: II e IV no valor estimado total de R\$73.055,40 (setenta e três mil e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos). **DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, nas formalidades legais. Publique-se e registre-se.

Igaratinga (MG), 12 de fevereiro de 2021.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Prefeito Municipal

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG, torna público o extrato do aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviços nº 33/2019. Contratado – Daniel Alves de Lima. Fica prorrogado o contrato acima descrito até dia 11.06.2021, com embasamento legal no art. 57, II da lei 8.666/93 e suas alterações. Mais informações pelo telefone 37 3246-1134. Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021. Fábio Alves Costa Fonseca – Prefeito Municipal.

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG, torna público o extrato do aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviços nº 34/2019. Contratado – Francinete Ferreira Oliveira Pereira. Fica prorrogado o contrato acima descrito até dia 11.06.2021, com embasamento legal no art. 57, II da lei 8.666/93 e suas alterações. Mais informações pelo telefone 37 3246-1134. Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021. Fábio Alves Costa Fonseca – Prefeito Municipal.

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG, torna público o extrato do aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviços nº 35/2019. Contratado – Priscila Cristina Santos. Fica prorrogado o contrato acima descrito até dia 11.06.2021, com embasamento legal no art. 57, II da lei 8.666/93 e suas alterações. Mais informações pelo telefone 37 3246 - 1134. Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021. Fábio Alves Costa Fonseca – Prefeito Municipal.

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG, torna público o extrato do aditivo de prazo ao contrato de prestação de serviços nº 36/2019. Contratado – Rosimar Aparecido Rodrigues dos Santos. Fica prorrogado o contrato acima descrito até dia 11.06.2021, com embasamento legal no art. 57, II da lei 8.666/93 e suas alterações. Mais informações pelo telefone 37 246-1134. Igaratinga, 12 de fevereiro de 2021. Fábio Alves Costa Fonseca – Prefeito Municipal.